EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO SUBSTITUTIVO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 8.889. DE 2017

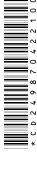
Dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA N° , DE 2024

Dê a seguinte redação ao art. 13 do Substitutivo apresentado do Projeto de Lei nº 8.889, de 2017, passando a vigorar a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, com as seguintes alterações e acréscimos:

33-B

- § 9º Para efeito deste artigo, considera-se:
- I Conteúdo Brasileiro Independente: Conteúdo Brasileiro cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:
- a) não ser controladora, controlada ou coligada a Agente Relevante;
- b) não estar vinculada a instrumento que, direta ou indiretamente, confira ou objetive conferir a sócios minoritários, quando estes forem Agentes Relevantes, direito de veto comercial ou qualquer tipo de interferência comercial sobre os conteúdos produzidos;
- c) não manter vínculo de exclusividade que a impeça de produzir ou comercializar para terceiros os conteúdos audiovisuais por ela produzidos;





JUSTIFICAÇÃO

A produção audiovisual independente e de porte nacional é um importante motor da economia criativa, gerando empregos, renda e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país. Ao fomentar esse setor, a modificação proposta impulsiona a economia criativa e gera benefícios para toda a sociedade.

A produção audiovisual independente e de porte nacional é fundamental para a preservação da cultura brasileira e para a promoção da identidade nacional no cenário global. Ao incentivar esse tipo de produção, a modificação proposta contribui para a valorização da cultura brasileira e para o reconhecimento do país como um polo de produção audiovisual de alta qualidade.

Em resumo, a modificação proposta no § 9º do Art. 33-B da MP 2.228-1 aprimora a definição de "conteúdo de produção própria", garantindo maior clareza, segurança jurídica, fomento à diversidade, fortalecimento da economia criativa e promoção da identidade cultural brasileira, conforme a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2024

DEP. LAURA CARNEIRO

PSD/RJ





